



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 5 de julho de 2018.

COMUNICAÇÃO Nº 211/18 – TJD/RJ

DECISÃO DA “3ª” COMISSÃO DISCIPLINAR REGIONAL - CDR - TJD/RJ

Sob a Presidência do Auditor Dr. Wagner V. Dantas, presentes os Auditores Dr. Gustavo R. Furquim, Dr. Leonardo Antunes F. da Silva, Dr. Leonardo Rangel de C. Lemos, Dra. Christiane D’Elia e o Procurador Dr. Alan Emanuel Moura, ausências justificadas dos Auditores Dr. Fabio Lira da Silva e Dr. Fabio Dantas Soares, reuniu-se às 18h15min do dia 04 de julho de 2018, no Auditório do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Rio de Janeiro no Plenário Dr. Homero das Neves Freitas, situado à Rua do Acre, 47, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, a 3ª Comissão Disciplinar Regional tomando as seguintes deliberações.

1) Aprovada a ata da sessão anterior.

2) Processo: nº 228/2018

Denunciado: EC Rio São Paulo (Associação)

Tipificação: Art. 214 do CBJD.

Categoria: Série B2 - Profissional

Data jogo: 10/06/2018

Representante legal do denunciado: Dr. Lucas Maleval

Auditor Relator: Dr. Leonardo Antunes F. da Silva

Juntada procuração do EC Rio São Paulo

Resultado: Apresentado pela defesa do denunciado prova documental (tabela do campeonato, decisão do Pleno do STJD em relação ao art. 214 do CBJD).

Suscitada a preliminar de nulidade da denúncia sob o fundamento de que a notícia de infração foi realizada por pessoa que assina como presidente, sem qualquer comprovação de seu cargo, bem como, não descreveu de forma criteriosa como se deu à suposta infração, esta foi rejeitada pelo colegiado uma vez que o processo desportivo se pauta pelos princípios da simplicidade, economia e celeridade. Além disso, a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

denúncia da lavra da D. Procuradoria não se baseou na notícia de infração e sim nos documentos arremetidos no processo desportivo.

Por maioria de votos, multado o denunciado em R\$ 500,00 (quinhentos reais) e perda do número máximo de pontos atribuídos a uma vitória totalizando 6 pontos, quanto à imputação do art. 214 do CBJD. Voto vencido dos Auditores Dr. Gustavo Furquim e Dr. Leonardo Rangel que divergiam somente da multa e aplicaram a pena de R\$ 100,00 (cem reais).

Prazo de 10(dez) dias para pagamento da pena pecuniária a contar da data da publicação.

Solicitado pela defesa do denunciado a lavratura de Acórdão.

3) Processo: nº 259/18

Denunciado: Liga Desportiva de Volta Redonda (Associação)

Tipificação: Art. 214 do CBJD

Categoria: Campeonato de Ligas – Sub 17

Data jogo: 16/06/2018

Representante do denunciado: Dr. Marcos Veloso (Liga Desportiva de Volta Redonda) e Dra. Anália Chagas (3º interessado)

Auditor Relator: Dr. Leonardo Rangel de C. Lemos

Juntada procuração

Resultado: Apresentado pela defesa do denunciado prova documental (Resoluções e e-mail da FERJ).

Por unanimidade de votos, multado o denunciado em R\$ 100,00 (cem reais) e perda do número máximo de pontos atribuídos a uma vitória no regulamento das competições, independente do resultado da partida e exclusão do campeonato, quanto à imputação do art. 214 do CBJD.

Prazo de 10(dez) dias para pagamento da pena pecuniária a contar da data da publicação.

4) Processo: nº 260/18

Denunciado: Roberto Silva (Árbitro da partida)

Tipificação: Art. 266 do CBJD

Jogo: Liga de Teresópolis x Liga de São José do Vale do Rio Preto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Categoria: Campeonato de Ligas – Sub 17

Data jogo: 19/05/2018

Representante legal dos denunciados: Ausente

Auditor Relator: Dr. Gustavo R. Furquim

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 30(trinta) dias, quanto à imputação do art. 266 do CBJD.

5) Processo: nº 261/18

1º) Denunciado: Campos AA (Associação)

Tipificação: Art. 206 do CBJD.

2º) Denunciado: CIG 7 de Abril (Associação)

Tipificação: Art. 206 do CBJD.

Jogo: Campos AA x CIG 7 de Abril

Categoria: Série B2 – profissional

Data jogo: 04/06/2018

Representante legal dos denunciados: Dra. Caroline Accioly (Campos AA) e Dr. Marcos Veloso (CIG 7 de Abril)

Auditor Relator: Dr. Christiane D'Elia

Juntada procurações

Resultado: Apresentado pela defesa do CIG 7 de abril dois supostos recibos de transporte, este foi rejeitado pela relatora, uma vez que impossível a visualização dos termos lançados no supracitado documento o que foi acompanhado por unanimidade pela comissão. Rejeitada pela relatora como meio de prova a cópia da resolução número 32 da lavra da FERJ, uma vez que não possui qualquer pertinência com o objeto do processo, já que se refere a jogos dos dias 26/05 e 27/05 e a partida em comento ocorreu no dia 04/06.

Por unanimidade de votos, multado o 1º denunciado em R\$ 100,00 (cem reais) por minuto de atraso, sendo 5(cinco minutos), totalizando R\$ 500,00 (quinhentos reais), quanto à imputação do art. 206 do CBJD.

Por maioria de votos, multado o 2º denunciado em R\$ 200,00 (duzentos reais) por minuto de atraso, sendo 15(quinze minutos), totalizando R\$ 3.000,00 (três mil reais), quanto à imputação do art. 206 do CBJD. Votos vencidos dos Auditores Dr. Gustavo Furquim e Dr. Leonardo Rangel que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

aplicavam pena de R\$ 100,00 (cem reais) por minutos de atraso, sendo 15(quinze minutos) totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), quanto à imputação do art. 206 do CBJD.

Prazo de 10(dez) dias para pagamento da pena pecuniária a contar da data da publicação.

Solicitado pelas defesas dos denunciados a lavratura de Acórdão.

6) Processo: nº 262/18

1º Denunciado: José Luís dos Santos Junior (Atleta do AD Itaboraí)

Tipificação: Art. 254-A I do CBJD.

2º Denunciado: Magdiel Stopa Pessata (Atleta do Serrano FC)

Tipificação: Art. 250 § 1º II do CBJD.

Jogo: Serrano FC x AD Itaboraí

Categoria: Série B1 – Profissional

Data jogo: 06/06/2018

Representante legal dos denunciados: Dr. Mauro Chidid (AD Itaboraí) e ausente (Serrano FC)

Auditor Relator: Dr. Gustavo R. Furquim

Resultado: Apresentado pela defesa do AD Itaboraí prova de vídeo.

Por unanimidade de votos, suspenso o 1º denunciado em 1(uma) partida, quanto à desclassificação do art. 254-A I para o art. 250 do CBJD.

Por unanimidade de votos, suspenso o 2º denunciado em 1(uma) partida, quanto à imputação do art. 250 § 1º II do CBJD.

7) Processo: nº 263/18

1º Denunciado: Gonçalves FC (Associação)

Tipificação: Art. 206 do CBJD.

2º Denunciado: Rafael Oliveira Reis (Atleta do Santa Cruz FC)

Tipificação: Art. 254 § 1º II do CBJD.

Jogo: Gonçalves FC x Santa Cruz FC

Categoria: Série B1 - Profissional

Data jogo: 09/06/2018

Representante legal dos denunciados: Dra. Anália Chagas (Santa Cruz FC) e ausente (Gonçalves FC)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Auditor Relator: Dr. Leonardo Antunes F. da Silva

Resultado: Por maioria de votos, multado o 1º denunciado em R\$ 100,00 (cem reais) por minuto de atraso, sendo 6(seis minutos), totalizando R\$ 600,00 (seiscentos reais), quanto à imputação do art. 206 do CBJD. Voto vencido do Auditor Dr. Leonardo Antunes que aplicava multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por minutos de atraso, sendo 6(seis minutos), totalizando R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), quanto à imputação do art. 206 do CBJD.

Por unanimidade de votos, suspenso o 2º denunciado em 1(uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à imputação do art. 254 § 1º II do CBJD.

Prazo de 10(dez) dias para pagamento da pena pecuniária a contar da data da publicação.

8) Processo: nº 264/18

Denunciado: Allan Silva do Nascimento (Atleta do EC Nova Cidade)

Tipificação: Art. 254-A § 1º I do CBJD.

Jogo: São Cristóvão FR x EC Nova Cidade

Categoria: Série B2 - Profissional

Data jogo: 10/06/2018

Representante legal dos denunciados: Dr. Marcos Veloso

Auditor Relator: Dr. Christiane D'Elia

Resultado: Por maioria de votos, suspenso o denunciado em 4(quatro) partidas, quanto à imputação do art. 254-A § 1º I do CBJD. Voto vencido do Auditor Dr. Leonardo Rangel que aplicava pena de 1(uma) partida, quanto à desclassificação do art. 254-A § 1º I para o art. 254 do CBJD.

9) Processo: nº 265/18

Denunciado: Ronaldo Oliveira Duarte Junior (Atleta do CR Vasco da Gama)

Tipificação: Art. 254 § 1º I do CBJD.

Jogo: Botafogo FR x CR Vasco da Gama

Categoria: Torneio Guilherme Embry – Sub 16



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data jogo: 12/06/2018

Representante legal dos denunciados: Dr. Fernando Lamar

Auditor Relator: Dr. Gustavo R. Furquim

Resultado: Apresentado pela defesa do denunciado prova de vídeo. Por maioria de votos, suspenso o denunciado em 1(partida) partida, quanto à imputação do art. 254 § 1º I do CBJD. Voto vencido do Dr. Leonardo Rangel que aplicava pena de 2(duas) partidas, quanto à imputação do art. 254 § 1º I do CBJD.

10) Processo: nº 266/18

Denunciado: Eisy Marques Alves (Atleta do AA Portuguesa)

Tipificação: Art. 258 do CBJD.

Jogo: Boa Vista SC x AA Portuguesa

Categoria: Torneio Guilherme Embry – Sub 16

Data jogo: 13/06/2018

Representante legal dos denunciados: Dr. Mauro Chidid

Auditor Relator: Dr. Leonardo Rangel de C. Lemos

Resultado: Por maioria de votos, suspenso o denunciado em 1(uma) partida, quanto à desclassificação do art. 258 para o art. 250 do CBJD. Voto vencido do Auditor Dr. Leonardo Rangel que aplicava pena de 2(duas) partidas, quanto à desclassificação do art. 258 para o art. 250 do CBJD.

11) Conforme art. 170 § 2º do CBJD, fica o atleta amador isento do pagamento da pena pecuniária.

12) Todos os apenados com previsão dos benefícios do art. 182 do CBJD, gozarão dos mesmos por ocasião dos cumprimentos das obrigações. Deverá ser observado o § 2º do art. 170 do CBJD.

13) O Procurador se manifestou em todos os processos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

14) Todos os resultados dos julgamentos da presente sessão foram proclamados ao término de cada julgamento, em conformidade com o disposto do art. 133 do CBJD.

15) OS PAGAMENTOS DAS PENAS PECUNIÁRIAS DEVERÃO SER QUITADOS EM ATÉ 10(DEZ) DIAS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. CABE TAMBÉM RESSALTAR, QUE NO MESMO PRAZO DEVERÁ SER COMPROVADO JUNTO A SECRETARIA DESTE E. TRIBUNAL O PAGAMENTO DE TAL OBRIGAÇÃO, NOS MOLDES DO CONTIDO NO ART. 176-A § 1º DO CBJD, SOB PENA DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO.

16) Sem mais, foi encerrada a sessão às 21h05min.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 2018.

Wagner V. Dantas
Presidente em exercício da Comissão

Rosangela R. Silva
Secretária Adjunta